



O comparecimento ao plenário permanece pequeno, apesar da polêmica em torno da questão do jeton

Polêmica do jeton ainda sem solução

A novela dos jetons — remuneração criada para os parlamentares que freqüentam as sessões plenárias — chega ao fim sem solução. Os presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, e do Senado, José Fragelli, optaram por uma saída à mineira: os ausentes só serão privados daquela remuneração quando houver votação. Nesse caso, haverá chamada pelo painel eletrônico e só os presentes ao plenário serão pagos.

Quando, porém, não houver votação — isto é, a maior parte das sessões —, vale o escrito: todos os que constarem da lista de presenças (pródigia em contemplar os ausentes) serão remunerados. A semana passada serviu de cobaia para a nova fórmula. E, ainda que precária, ela representou para a Câmara, em apenas três sessões de votação, a economia de Cr\$ 101 milhões 136 mil, num total de 903 ausências (301 parlamentares por sessão).

Essa economia de jetons é, contudo, aparente. Vigorará en-

quanto persistir o chamado “esforço concentrado”. Isto é, sessões sucessivas de votação, para esvaziar a saturada ordem do dia. Na Câmara, essas sessões ocorrerão às terças, quartas e quintas. As segundas e sextas, a gazeta é remunerada. Quando a pauta de votação estiver normalizada, bastará uma sessão semanal de votação, para que os trabalhos fluam normalmente.

O mais grave — no sentido de que nada deve mudar — é que começa a ganhar apoio a sugestão do senador Humberto Luceana, de que o Congresso deve adotar prática que vigorava antes de 1964. Isto é, os congressistas terem direito a três faltas mensais remuneradas, “para visitar as bases”. Assim, com apenas uma averiguação real por semana, os parlamentares só seriam punidos com uma falta mensal, ainda que não freqüentassem uma só sessão. Detalhe: o voto de liderança — pelo qual o líder, sozinho, vota por toda a bancada — continua em vigor.

IMPRENSA

Os parlamentares, como era previsível, não estão satisfeitos com essa cobrança de assiduidade. E, como de hábito, atribuem esse contratempo a uma “conspiração” da imprensa. Foram muitos os discursos, ao longo da semana, nesse sentido. Na base de tais denúncias, estaria uma manobra “obscurantista”, “reacionária”, destinada a desmoralizar o Congresso e a devolver o País às trevas do autoritarismo.

O certo, porém, é que as críticas tiveram algum resultado. Pelo menos na Câmara. Terça-feira, um dia habitualmente vazio, não menos que 335 deputados estavam no plenário.

No Senado, entretanto, o quadro mudou pouco. Na mesma terça-feira, enquanto a lista de presenças acusava 50 senadores, no plenário havia apenas um: Luiz Cavalcanti, do PFL. Convidado a abrir a sessão, recusou: “Deus me livre de cometer a heresia de anunciar 50 senadores no plenário, quando sou o único”.